

PRESERVANDO A MEMÓRIA REGIONAL: A IMPORTÂNCIA DE UM
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO EM UMA UNIVERSIDADE
COMUNITÁRIA

PRESERVING THE REGIONAL MEMORY: THE IMPORTANCE OF
A DOCUMENTATION CENTER IN A COMMUNITARIAN UNIVERSITY

Débora Inês Vogt¹

RESUMO

No Brasil, a partir da década de 1970, devido a precariedade e inexistência de arquivos públicos em cidades do interior dos Estados, iniciou-se um movimento nas universidades no sentido de criar Centros de Documentação. Inserido em tal movimento, foi criado, em 1999, o Centro de Documentação (CEDOC) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) com o objetivo de preservar e conservar a memória regional. Buscando atender as normas do ISAD(G) – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, está sendo realizado um trabalho de organização do acervo em fundos, séries, sub-séries bem como informatização dos dados para facilitar o acesso à pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Centro de Documentação, Memória Regional e ISAD(G)

ABSTRACT

In Brazil, from the decade of 1970, due to precariousness and inexistence of public archives in the countryside cities of the States, a series of actions started in universities in order to create Documentation Centers. Inserted in this movement, in 1999 was created the Documentation Center (CEDOC) of the University of Santa Cruz do Sul (UNISC) with the purpose to keep and preserve the regional memory. Seeking to meet the standards of ISAD (G) (General International Standard Archival Description), a work of organization of the

¹ Graduanda de História – Licenciatura da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), integrante do projeto “Organização e Informatização do Acervo do Centro de Documentação da UNISC” orientado pelo Prof. Dr. Olgário Paulo Vogt.

collection in funds, series, and sub-series is being accomplished, as well as data computerization, in order to make easier the access to research.

KEYWORDS: Documentation Center, Regional Memory and ISAD (G)

Desde tempos imemoriais, os homens procuraram legar para a posterioridade monumentos e documentos. Desde o princípio, no entanto, como enfatiza com propriedade Jacques Le Goff, o que sobreviveu como memória coletiva de tempos passados não foi o conjunto de monumentos e documentos que existiram, mas o resultado de uma escolha efetuada pelos historiadores e pelas forças que operaram em cada época histórica.² E ainda, “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 1984: 477).

Durante muitos séculos, a documentação bibliográfica, a arquivística e a museológica costumaram ficar reunidas em um mesmo local. Normalmente podia ser encontradas em palácios, em igrejas ou em bibliotecas. A partir do século XVIII, com o agigantamento das funções do Estado e do volume da documentação produzida começaram a surgir os arquivos públicos. O acesso às informações do acervo gradativamente deixou de ficar restrito ao Estado e à Igreja e se tornou um direito do cidadão. O aperfeiçoamento da imprensa e do grau de escolarização das grandes massas também colaborou para o crescimento da literatura relativa ao conhecimento humano que foi procurado preservar. Isso aumentou o número e a importância das organizações repositórias do patrimônio intelectual.

A conservação de fontes documentais tem avançado em vários arquivos brasileiros. Porém o acesso aos mesmos torna-se, muitas vezes, difícil e irregular, principalmente por parte de estudantes de graduação, de estudantes de pós-graduação e de pesquisadores em História, notadamente os desta Universidade.

As ações e práticas de trabalho que se pretende implementar no processo de execução do projeto “Organização e Informatização do Acervo do Centro de Documentação da UNISC” se inserem nas modernas concepções da arquivística e da historiografia contemporâneas. Nestes pressupostos teórico-metodológicos, as fontes ou os documentos são

² LE GOFF, Jacques. Memória. In: *Enciclopédia Enaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. p. 11-50.

os indícios do tempo passado, são as evidências do que passou, do que aconteceu. Sem a fonte documental não é possível estabelecer ligação com o real acontecido e suas representações culturais significativas. Como há muito já apontou Glénisson, é através da crítica interna e da crítica externa de um documento³ que o historiador ou outro pesquisador constrói o conhecimento histórico. E como o passado não pode ser reconstituído, o historiador constrói versões sobre o passado. Versões essas que tem por fundamento a documentação compulsada.

A revolução documental promovida por historiadores durante o século XX, principalmente a partir da Escola dos Anales, ampliou e incorporou ao universo das fontes documentais uma série de documentos não-escritos, tais como pinturas, móveis, indumentárias, fotografias, filmes, depoimentos orais e outros. É nesse sentido que Rousso define fontes documentais como sendo:

todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservam, voluntariamente ou não – sejam eles originais ou reconstituídos, minerais, escritos, sonoros, fotográficos, audiovisuais, ou até mesmo, daqui para frente, virtuais (contanto, nesse caso, tenham sido gravados em uma memória) –, e que o historiador, de maneira consciente, deliberada e justificável, decide erigir em elementos comprobatórios da informação a fim de reconstituir uma seqüência particular do passado, de analisá-la ou de restituí-la a seus contemporâneos sob a forma de uma narrativa.(ROUSSO, 2006: 86)

Nesse contexto de mudanças teórico-metodológicas da historiografia, impõe-se necessário diálogo com a arquivística, que a seu tempo também defronta-se com novos desafios da sociedade que multiplica vertiginosamente os seus meios de produção de informação. É da conjunção de viabilidade técnica do armazenamento e conservação com o estabelecimento de critérios de seleção do que é imprescindível guardar e preservar, que se dá o debate crucial entre os dois campos do conhecimento. História e arquivística necessitam-se mutuamente para o gerenciamento de arquivos e acervos. Como reafirma Menezes, “a produção do conhecimento histórico deve ser indissociável do conhecimento (histórico) da produção do documento, no seu sentido mais amplo” (MENESES, 1999: 24).

É o espaço institucional do arquivo ou do centro de documentação um dos elementos mais importantes, porém menos discutido, da operação historiográfica. O historiador, o pesquisador, deve estabelecer um profundo contato, ter uma vivência com os arquivos e os acervos documentais para que possa ter uma formação qualificada. Um arquivo eficiente é

³ GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977. p. 167 et seq.

aquele que, entre outros requisitos técnicos, tem uma boa prática conservacionista e preservacionista e que coloca, com agilidade, a documentação à disposição do consulente. Entende-se que “conservação é o conjunto de procedimentos e medidas destinadas assegurar a proteção física dos arquivos contra agentes de deterioração” (Dicionário de Terminologia Arquivística, 1996:18), com os objetivos de preservar as informações e de adotar medidas a fim de prolongar a vida dos documentos e a qualidade do acesso às informações. Assim, a prática de preservação envolve um amplo roteiro de procedimentos arquivísticos, tais como identificação, inventário, restauração, conservação e catalogação de acervos de valor histórico; educação patrimonial; divulgação do acervo em diversas mídias; e a manutenção de práticas de ampliação e de qualificação do acervo, através de aquisições e programas de memória social.

Por outro lado, as fontes documentais de um arquivo ou centro de documentação precisam estar ao livre acesso dos pesquisadores. Ou conforme salienta Guarinello, “um documento só é verdadeiramente útil, só se torna peça de um discurso científico quando pode ser compulsado, analisado, conferido, por qualquer um. Ou de modo mais específico, quando a comunidade científica pode verificar as bases empíricas de uma argumentação” (GUARINELLO, 1998: 65).

Desta forma, é necessário perceber-se que

a interligação entre documento de arquivo e sociedade passa pela relação entre arquivos e governo, entre arquivos e patrimônio cultural, entre arquivos e pesquisa histórica e entre arquivos e cidadania. De instrumentos essenciais para o funcionamento de uma entidade [comunidade], sejam os atos dispositivos que o comandem, sejam os documentos comprobatórios, que o provem, sejam os registros informativos que o acionem e o movimentem, os documentos de arquivo, passada a utilização ligada às razões estritas que os originaram, depois de criteriosamente avaliados e selecionados, serão preservados, em quantidades limitadas por essa seleção, para efeitos de pesquisa científica, herança cultural e testemunho social (BELLOTTO, 2002: 103).

No Brasil, nas últimas décadas, várias universidades e fundações têm criados centros de documentação e de preservação da memória. Coube ao CEPEDOC da Fundação Getúlio Vargas e ao Arquivo Edgar Laurenroth da UNICAMP papel pioneiro nessa experiência.⁴ Os centros universitários surgem com a finalidade de dar ênfase à memória regional. A

⁴ ARAUJO, Ângela Maria Carneiro, BATALHA, Cláudio. Preservação da memória e pesquisa: a experiência do Arquivo Edgar Lauenroth (AEL). In: Silva, op. Cit. p. 65-77.

precariedade e a inexistência de arquivos públicos, principalmente nos municípios do interior dos Estados, acarretavam perdas irreparáveis de fontes de pesquisa. As Universidades então começaram a bancar essas atividades, incorporando-as às suas atividades-fim. Os acervos organizados e tornados disponível à consulta passaram a servir de apoio às pesquisas realizadas por docentes e alunos das áreas das ciências humanas da comunidade acadêmica. Com isso, além de serem preservadas fontes documentais originais, trouxe-se para perto do pesquisador o material necessário para o desenvolvimento de suas pesquisas.⁵

Assim, os centros de memória e documentação tornaram-se característicos das universidades brasileiras. As finalidades dos centros são idênticas as dos arquivos, ou seja, constituem-se em base do conhecimento da história e têm como função tornar disponível as informações contidas no acervo documental sob sua guarda.⁶

O Centro de Documentação (CEDOC) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) foi implementado no ano de 1999. É uma unidade de caráter permanente ligado ao Departamento de História e Geografia destinado a reunir, classificar, preservar e colocar à disposição do público em geral fontes documentais que fazem referência à cultura, à economia, à política, enfim, ao comportamento dos diversos grupos sociais que originaram a sociedade do Vale do Rio Pardo.

Até o início do ano de 2006, o CEDOC era repositário de uma série de documentos entre os quais se incluía a documentação histórica relativa ao ensino superior em Santa Cruz do Sul; um acervo de microfilmes composto de Falas e Relatórios dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, dos Relatórios dos Presidentes do Estado do Rio Grande do Sul e do jornal “A Federação”; um acervo fotográfico que retrata diferentes momentos e monumentos de Santa Cruz do Sul; uma série de documentos pertencentes a famílias; monografias e livros que dizem respeito à região do Vale do Rio Pardo; coleções de jornais; um banco de entrevistas de história oral; documentos de cooperativas e periódicos diversos.

⁵ CAMARGO, Célia Reis. Os Centros de Documentação das Universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da. *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP/FAPESP, 1999. p. 49-63.

⁶ PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 20.

A esse acervo se veio somar, durante o ano de 2006, dois outros importantes acervos documentais. Numa negociação que envolveu a chefia do Departamento de História e Geografia e a Reitoria da Universidade, foi acertada a custódia do Acervo Pellanda pela UNISC. O Acervo Pellanda possui basicamente três tipologias documentais:

a) Livros, que envolvem diferentes áreas do saber, destacando-se os relacionados com a História do Rio Grande do Sul e do Brasil, de Literatura regional, brasileira e internacional, de Sociologia, de Economia, de Educação e de Psicologia. Há, nesse acervo, livros que podem ser qualificados como muito raros⁷, publicados no início até meados do século XX;

b) Revistas diversas, entre as quais a do Globo, que circulou nas décadas de 1920, 1930 e 1940; a Revista do Arquivo Histórico e do Museu Júlio de Castilhos; a Revista Província de São Pedro; a Revista do Ensino do Estado do Rio Grande do Sul; o Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul; a Revista do Arquivo Municipal de São Paulo; a Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul; a Revista Samaritana do Sul; a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; o Boletim Municipal do Arquivo de Porto Alegre; e tantas outras. Essas coleções estão quase todas elas completas e se constituem em uma inestimável fonte de pesquisa para alunos de graduação e pós-graduação da UNISC e de outras instituições. Algumas dessas coleções são difíceis de serem encontradas mesmo na capital do Estado, Porto Alegre;

c) Recortes de jornais e documentos diversos que ainda não foram manipulados e que foram selecionados ou compilados pelo professor e historiador Ernesto Pellanda.

Outro importante arquivo que passou a ser custodiado pela UNISC é o Arquivo Histórico do Colégio Mauá. A origem desse Arquivo data de 1966, quando da criação do Museu do Colégio Mauá, de Santa Cruz do Sul. Em 1981, houve o desmembramento do acervo do Museu e do Arquivo, que ficou com a maior parte das fontes documentais escritas. Trata-se de um importante acervo documental e um patrimônio histórico de inestimável valor que engloba jornais em língua alemã, como o *Kolonie* (1891-1941), *Fortschritt* (1902-1904),

⁷ FROES, Rosana Carla. *Obras raras no Brasil: estudo dos critérios de raridade bibliográfica, tratamento técnico e preservação das coleções*. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1995. (Dissertação Mestrado em Biblioteconomia); RODRIGUES, Márcia Carvalho. Como definir e identificar obras raras? Critérios adotados pela biblioteca central de Caxias do Sul. *Ci. Inf.* Brasília v. 35, n. 1 p. 115-121. jan. abr. 2006.

Santa Cruz Anzeiger (1905-1908), *Die Neue Zeit* (1929-1932) a *Volksstimme* (1929-1939) e a coleção da Gazeta do Sul (1945 até os dias atuais); milhares de fotografias, documentos, livros e revistas que retratam a história de Santa Cruz e região e a colonização alemã no Estado.

Todo esse acervo que está sob a custódia da Universidade precisa ser, agora, devidamente higienizado, inventariado, arranjado em fundos, séries, sub-séries e coleções, acondicionado e catalogado para ficar a disposição dos consulentes profissionais e diletantes.

Assim, o CEDOC da UNISC é responsável pela guarda e conservação de um respeitável conjunto de acervos documentais. É, portanto, guardião de um dos mais importantes acervos documentais não somente do Vale do Rio Pardo, mas do Rio Grande do Sul.

Para que este material possa estar disponível a consulta de forma a facilitar a pesquisa está sendo implantado no acervo as normas de arquivística do ISAD(G). Esta norma estabelece orientações gerais para a descrição arquivística. Deve ser conjugada com as normas nacionais existentes, ou como base de seu desenvolvimento. O conjunto de orientação revisado pelo Comitê de Normas de Descrição, do Congresso Internacional de Arquivos, busca: “a) assegurar a criação de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas; b) possibilitar a recuperação e a troca de informação sobre documentos de arquivo; c) possibilitar a partilha de dados de autoridade; e d) tornar possível a integração de descrições de diferentes arquivos num sistema unificado de informação” (ISAD(G), 1999: 8).

A partir destes pressupostos têm sido realizado um trabalho de definição de fundos, séries, sub-séries, coleções, entre outros. Conforme as orientações do ISAD(G):

Existem níveis de descrição com diferentes graus de detalhe, apropriados a cada nível de organização. Assim, um fundo pode ser descrito como um todo, numa única descrição, ou representado na sua totalidade e nas suas diferentes partes, em vários níveis de descrição. O fundo constitui o nível mais elevado de descrição; as partes formam os níveis subordinados, cuja descrição, com frequência, só assume significado pleno quando integrada no contexto da descrição da totalidade do fundo. Assim, pode existir uma descrição ao nível do fundo, da série, do processo e/ou nível do documento. Podem existir níveis intermediários, tais como sub-fundos ou sub-séries. Cada um desses níveis pode, por sua vez, ser subdividido, de acordo com a complexidade da estrutura administrativa e/ou funções da entidade que

produziu os documentos, bem como da própria organização da documentação
(ISAD(G), 1999: 9)

Concomitantemente a este processo têm sido especificado e desenvolvido um ambiente informatizado para o Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED), através da estrutura de tesauros que viabilizam um sistema de indexação de documentos. Além da criação de um link no site da universidade permitindo o acesso de informações do acervo existente no centro aos pesquisadores.

Para tanto, veja abaixo o exemplo de construção do Fundo Mauá:

<i>Série</i>	<i>Sub-série</i>	<i>Seções</i>
1. Província de São Pedro	1.1 Governo Provincial 1.2 Colônia Santa Cruz	1.2.1 Diretores 1.2.2 Imigrantes 1.2.3 Agentes
2. Câmara de Rio Pardo		
3. Câmara de Santa Cruz		
4. Intendência Municipal	4.1 Educação 4.2 Usina Elétrica 4.3 Ferrovia 4.4 Hidráulica	
5. Prefeitura Municipal	5.1 Leis de Orçamento 5.2 Relatórios de Prefeitos	
6. Governo do RS		
7. Empresas	7.1 Fumageira	7.1.1 Hennig 7.1.2 CBFF 7.1.3 Cia de Fumos 7.1.4 Afubra
	7.2 Bancos	7.2 Cooperativa Mercantil
8. Sociedades	8.1 Damas 8.2 Atiradores 8.3 Cavalarianos	8.3.1 Ulanos 8.3.2 Lanceiros
9. Religião	9.1 Católicas 9.2 Evangélicas	9.1.1 Catedral S. João Batista 9.2.1 Sínodo Missouri 9.2.2 Sínodo RR
10. Imprensa	10.1 Kolonie 10.2 Volsktimme 10.3 Die Neue Zeit	10.1.1 Jornal 10.1.2 Atas e orçamentos
11. Famílias	11.1 Puhlmann 11.2 Hennig 11.3 Trein	11.2.1 Diário Augusto Hennig

Cabe ressaltar ainda que é função social de uma Universidade colaborar na preservação e na conservação da memória histórica produzida por diferentes grupos, movimentos sociais, organizações e indivíduos que viveram e vivem na região de sua abrangência. Nos últimos anos a Universidade vem dando sinais explícitos nesse sentido. A criação do Memorial da UNISC, local onde o CEDOC e o CEPA (Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas) ocuparão espaços privilegiados, é uma iniciativa que aponta nessa direção.

A importância do projeto não reside, unicamente, na necessidade de implantar as condições infra-estruturais que permitam a realização de outras pesquisas. Nesse sentido, ele não se constitui em uma atividade meramente instrumental – a simples organização do material do acervo. O projeto vai mais longe. Busca também, em seu escopo mais amplo, incentivar a comunidade a preservar sua história e sua memória e, através do trabalho sério realizado, adquirir a confiança da comunidade. Uma vez adquirido o respeito e a confiança da sociedade, novas fontes documentais poderão ser doadas à Universidade.

Desta forma, é perceptível no projeto a ser desenvolvido: o ensino, a pesquisa e a extensão, tripé esse que engloba as funções básicas de uma Universidade. A função pesquisa fica perceptível nos estudos que são feitos para a organização do acervo em fundos, séries e subséries, na informatização dos dados e na elaboração dos meios de busca e de recuperação dos registros da documentação existente no acervo. A função ensino ocorre quando a documentação é utilizada para a formação do aluno de graduação. A função extensão, que é a parte mais visível de um centro de documentação, se dá quando o acervo é colocado à disposição da comunidade universitária e da comunidade em geral para fins de consulta e quando da realização de atividades de educação patrimonial. O que dá personalidade à Universidade, que avança contínua e progressivamente, é a comunicação constante entre a atividade didática e a atividade de pesquisa e de extensão.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T.^a Queiroz, 1991.

_____. Documento de arquivo e sociedade. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, nº 31, p. 67-175, jan./jun. 2002.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Procedimentos técnicos adotados para a organização de arquivos privados*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1994.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Recomendação para a construção de arquivos*. http://www.arquivonacional.gov.br/pub/virtual/rec_cont_arq.htm em 20/01/2007.

FROES, Rosana Carla. *Obras raras no Brasil: estudo dos critérios de raridade bibliográfica, tratamento técnico e preservação das coleções*. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1995. (Dissertação mestrado em Biblioteconomia).

GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977. p. 167 et seq.

GOMES, S. C, MOTTA, R.T. *Técnicas alternativas de conservação: recuperação de livros, revistas, folhetos e mapas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997. 2.ed.

GUARINELLO, Norberto Luís. Breve Arqueologia da História Oral. In: *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, n.º 1, jun. 1998.

ISAD(G). *Norma geral internacional de descrição arquivística*. Estocolmo, Suécia: Adaptada pelo Comité de Normas de Descrição, 19-22 setembro de 1999.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994. 3.ed.
_____. Memória. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. p. 11-50.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. *Como definir e identificar obras raras? Critérios adotados pela biblioteca central de Caxias do Sul*. *Ci. Inf.* Brasília v. 35, n. 1 p. 115-121. jan. abr. 2006.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Revista Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, 2006.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1980. 2.ed

SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP/FAPESP, 1999.